

MASCULINIDADES...

DE CLONAGENS E DE PATERNIDADES: AS ENCRUZILHADAS DO GÊNERO*

ROSELY GOMES COSTA**

Resumo

Centrando-me nas concepções sobre paternidade presentes em diversos âmbitos – mídia, o acadêmico e ONGs – levanto, neste texto, algumas questões. Pensando nas noções de gênero como mediadoras das concepções sobre paternidade, pergunto-me sobre a importância da paternidade na elaboração das concepções sobre masculinidade. Indago-me também sobre as concepções e relações de gênero reveladas através do estudo da masculinidade.

Palavras-chave: Tecnologias Reprodutivas, Clonagem, Paternidade, Gênero, Masculinidade.

* Recebido para publicação em setembro de 1998.

** Doutoranda em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

De clonagens e de paternidades...

**CLONING AND PATERNITY:
GENDER AT THE CROSSROADS**

Abstract

This text focuses conceptions related to paternity circulating in the media, the academic milieu and NGOs discussions. Considering that gender notions mediate conceptions related to paternity, this article raises questions about paternity's importance in conceptions of masculinity and about gender relations unveiled by studying masculinity.

1. Apresentação

A questão que pretendo discutir neste artigo refere-se à importância da paternidade para as elaborações sobre masculinidade. Meu pressuposto é que noções de gênero operam como mediadores das concepções sobre paternidade e, assim, compreender as concepções sobre paternidade é uma via para o entendimento das representações sobre masculinidade. Centrando-me nas concepções sobre paternidade, presentes em âmbitos empíricos como a mídia, o acadêmico e Organizações não governamentais (ONGs), formulo duas questões: a paternidade seria fundamental ou não na elaboração das concepções de masculinidade? Que concepções e relações de gênero são reveladas através do estudo da masculinidade?

Discutirei essas questões através da análise de dois eventos. O primeiro é a clonagem da ovelha Dolly, realizada por cientistas escoceses e divulgada em fevereiro de 1997, que examinarei a partir de artigos referentes ao assunto publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo*. O segundo evento refere-se ao seminário “Homens: Sexualidade e Reprodução”, do qual participei, realizado em São Paulo e organizado por uma ONG e por um programa universitário.¹ Procurarei fazer uma descrição dos dois eventos, considerando, como Geertz, que: “(...) as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas (...)”.²

2. O primeiro evento: a clonagem da ovelha Dolly³

Em fevereiro de 1997 foi divulgada a clonagem da ovelha Dolly. No dia 24 de fevereiro desse ano, um artigo no jornal *Folha de S. Paulo*⁴ trazia a notícia de que, no dia anterior, havia sido divulgada a informação de que cientistas escoceses haviam conseguido pela primeira vez fazer um clone de um ser vivo já adulto.⁵ No dia 25 de fevereiro⁶, o jornal divulgou que os cientistas já dispunham da técnica para criar a cópia de um ser humano adulto a partir de uma de suas células. Apesar dos cientistas afirmarem não terem nenhuma intenção de clonar seres humanos, quase que imediatamente deu-se início uma polêmica sobre as questões éticas envolvidas nesse procedimento.⁷

¹ Grupo de Estudos sobre Sexualidade Masculina e Paternidade do Estudo e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana – EGOS (uma ONG de São Paulo) e o Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

² GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989, p.34.

³ Agradeço à Prof^a Maria Suely Kofes a idéia de escrever sobre a polêmica criada em torno de Dolly e sua relação com as questões sobre paternidade e gênero; assim como a cessão de parte do material de imprensa aqui utilizado.

⁴ DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS (DAI). Britânicos fazem primeiro clone de ser vivo. *Folha de S.Paulo*, Caderno (c) Mundo, 24-02-97, p.9.

⁵ A ovelha Dolly havia nascido há sete meses e a experiência havia sido feita com o intuito de levar à melhor compreensão de doenças genéticas e à criação de animais mais eficientes no desenvolvimento de produtos úteis à saúde humana, como sangue, leite e órgãos.

⁶ FREIRE, Vinicius. Técnica da ovelha pode duplicar homens. *Folha de S.Paulo*, 25-02-97, Caderno Mundo, p.15.

⁷ SCHWARTSMAN, Hélio. Bioética deve ser debatida. *Folha de S.Paulo*, 25-02-97, Caderno Mundo, p.15; DAL. Ovelha preocupa governos de EUA e Europa/ Cientistas discutem a ética do experimento. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mundo, 26-02-97, p.16; DAL. Vaticano pede lei contra clone humano. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mundo, 27-02-97, p.16.

De clonagens e de paternidades...

Posteriormente, a discussão em torno da clonagem de seres humanos levou à publicação de artigos que tratavam especificamente desse assunto.⁸ Na maioria dos artigos podia ser encontrado um repúdio em relação à clonagem humana, considerada um procedimento antiético e imoral. Os argumentos utilizados foram que os cientistas estavam querendo brincar de ser Deus; de que poderia haver uma seleção de determinada raça a ser clonada, em detrimento de outra, reavivando idéias eugênicas nazistas; a clonagem impediria a seleção natural e a evolução; os clones seriam feitos com o intuito de se extrair seus órgãos para salvar outra vida ou, ainda, para o mercado de órgãos, etc.

O afã causado pela novidade e pela polêmica talvez tenha sido o motivo de alguns artigos trazerem informação errada. A Folhinha de 7 de março, por exemplo, tinha como título: “Sem pai nem mãe: Cientistas descobriram que não são mais precisos um macho e uma fêmea para fazer filhotes”.⁹ Entretanto, segundo a explicação dada pelo próprio jornal – em um artigo do dia 2 de março – no processo de clonagem de Dolly não houve necessidade de um macho, de um pai, mas seguramente houve necessidade de uma mãe.¹⁰

A idéia de que a clonagem prescinde da mãe também surgiu em um artigo de Fernando Gabeira¹¹, onde o autor revela sua preocupação com os bebês: “Coração de poeta, útero de mãe, é preciso um ponto de partida. O que será dos recém-nascidos que não conheceram o berço líquido, não viveram os sobressaltos da mãe?”

Entretanto, uma das primeiras e mais contundentes reações à clonagem de Dolly foi a de José Sarney¹², manifestando sua preocupação com a ausência do pai no processo de clonagem:

Dolly, essa ovelha britânica, joga por terra esse sonho do homem, desde Adão até Tarzã, rei da natureza. O homem agora não serve para nada: ele é dispensável para reprodução, obra só de mulheres. Agora virá o homem homogêneo, apenas numerado. As campanhas feministas estão vitoriosas. Acabou-se a discussão de quem vale mais, o homem ou a mulher. Fomos derrotados pelos carneiros. As mulheres poderão decidir: um mundo só de mulheres! Recusamo-nos a oferecer nossos órgãos de gestação às células do homem! E aí, o que será de nós? Fala-se em reformar a Carta das Nações Unidas para modificar os artigos referentes aos direitos do homem. Nesse caso, a palavra homem deve ser restritiva e não mais abrangente de gênero humano. E mais do que isso é necessário e urgente criar-se um movimento para defender o nosso direito de existir.

⁸ MARTINS, Lúcia; SA, Vanessa de e FREIRE, Vinicius. Não sabemos se é possível replicar homens. *Folha de S.Paulo*, 02-03-97; REPORTAGEM LOCAL. Perguntas e respostas. SCLiar, Moacyr. Avanços devem ser analisados à luz da ética. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mundo, 03-03-97, pp.20 e 22; REPORTAGEM LOCAL. Você vê problemas na clonagem de seres humanos? *Folha de S.Paulo*, Folhateen, 04-03-97, p.2; DAL, Americanos são contra a clonagem humana. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mundo, 06-03-97, p.10; FAUSTO, Boris. Clonagem e sentimento nacional. *Folha de S.Paulo*, Opinião, p.3; entre outros.

⁹ REPORTAGEM LOCAL. Sem pai nem mãe: cientistas descobriram que não são mais precisos um macho e uma fêmea para fazer filhotes. *Folha de S.Paulo*, Folhinha, 07-03-97, p.1.

¹⁰ REPORTAGEM LOCAL. Conheça a receita para fazer Dolly. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mundo, 02-03-97, p.20.

¹¹ GABEIRA, Fernando. Não se fazem mais ovelhas como antigamente. *Folha de S.Paulo*, Ilustrada, 03-03-97, p.4.

¹² SARNEY, José. Nós e a ovelha Dolly. *Folha de S.Paulo*, Opinião, 28-02-07, p.2.

Em abril de 1998 a *Folha* anuncia que a ovelha Dolly deu à luz uma cria chamada Bonnie, depois de ter engravidado por meio de relação sexual.¹³ Mais significativo foi o Jornal Nacional, da *Rede Globo* de televisão, que deu a notícia na noite anterior. O texto enfatizava que Bonnie foi concebida pelas vias normais, ou seja, através de relação sexual com um macho, sendo, portanto, uma ovelha normal. Dando um *close* no “pai” de Bonnie, dizia que ele havia sido chamado a cumprir seu papel e se mostrava orgulhoso por ter desempenhado com sucesso sua função.

Desde a primeira notícia divulgada pela *Folha*, a discussão em torno de Dolly põe em questão vários temas ligados à paternidade e à masculinidade. A análise da polêmica levantada em torno da possibilidade da clonagem humana revela representações sobre a paternidade, principalmente através das desestabilizações que gerou. Assim, as reações à possibilidade de clonagem de seres humanos oferecem concepções de como são, ou de como deveriam ser, as relações reprodutivas.

Uma das primeiras observações a serem feitas relaciona-se ao fato dos termos pai e mãe passarem a ser usados instantaneamente pela mídia para se referir à questão da clonagem. Assim, por exemplo, Dolly era referida como tendo “mãe”, não tendo “pai”. Entretanto, Dolly é um clone e não uma filha. Nos debates referentes ao assunto, as noções de paternidade e maternidade foram ativadas para tratar de uma situação que se refere efetivamente a uma cópia, uma réplica.¹⁴

O artigo de Fernando Gabeira apresenta uma preocupação com os bebês, que não terão um útero para se desenvolver, que não terão contato com a mãe, o ponto de partida. Essa preocupação revela uma concepção naturalizadora da maternidade, em que a mãe é considerada a base natural para o desenvolvimento de um bebê. A associação entre natureza e maternidade leva o autor à defesa da forma “natural” de se ter um bebê, com o conseqüente ataque à forma “artificial” oferecida pela ciência – a clonagem. Concentrado na sua defesa da natureza, o autor não se deu conta de que a clonagem prescinde do pai, mas não da mãe.

O artigo de Gabeira, ao naturalizar a reprodução, justapondo mãe e natureza, remete às discussões sobre a associação entre mulher-natureza, já muito discutidas na literatura. Tais discussões centravam-se na questão de que, se o fato de engravidar e dar à luz aproxima as mulheres da natureza, colocaria os homens em uma posição de associação com a cultura.¹⁵ Entretanto, o texto escrito por José Sarney, ao tratar a reprodução como um fato tão natural para os homens como tem sido tratada em relação às mulheres, associa também o homem à natureza. Ao polemizar a ausência do homem no processo reprodutivo, Sarney revela o lado “natural” da paternidade, cuja ausência põe em risco a própria existência dos homens.

Nessa representação, parece-me que a paternidade é vista como fundamental para a masculinidade, pois considera-se que, sendo dispensável para a reprodução, “o homem agora não serve para nada”. Considera-se,

¹³ DAL, Dolly tem sua primeira cria, Bonnie, por parto natural. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mundo, 24-04-98, p.15.

¹⁴ Agradeço à Prof^a Mariza Corrêa ter chamado minha atenção para esse ponto.

¹⁵ ORTNER, S. Is female to male as nature is to culture? In: ROSALDO, M.Z. & LAMPHERE, L. (eds.) *Women, culture and society*. Stanford, Stanford University Press, 1974; MATHIEU, N.C. Homme-culture et femme-nature? *L'Homme*, XIII (3), 1973.

De clonagens e de paternidades...

ainda, que a própria existência e sobrevivência do homem dependem da paternidade, uma vez que a dispensa do homem da reprodução leva a que seja “necessário e urgente criar-se um movimento para defender o nosso direito de existir.” Tudo indica que a ausência da participação dos homens no processo reprodutivo desafia uma concepção naturalizadora das relações reprodutivas entre mulheres e homens, tomados como os participantes naturais e necessários do processo. Essa ausência parece desafiar o próprio valor da paternidade, por esta poder ser considerada dispensável.

Significativo dessa concepção naturalizadora e do desafio que para ela representa a clonagem, foi o desfecho do evento, com Dolly dando à luz uma cria concebida através de relações sexuais, sendo destacada a “normalidade” da ovelha por ter sido capaz de dar à luz a uma cria concebida pelas vias “naturais”. Esse ponto será retomado adiante.

3. Segundo evento – o seminário “Homens: Sexualidade e Reprodução”

Entre os dias 27 e 28 de abril de 1998, enquanto a mídia anunciava o desfecho da reprodução de ovelhas, acontecia em São Paulo um seminário intitulado “Homens: Sexualidade e Reprodução”.¹⁶ O seminário tratou de vários assuntos relativos ao tema proposto, porém, para os fins deste artigo, considero importante na descrição do evento evidenciar as discussões a respeito da paternidade.

O primeiro dado marcante a esse respeito foi o consenso de que os homens deveriam estar mais presentes nas suas funções paternas para além do seu tradicional papel de provedor. A opinião compartilhada era que os homens deveriam participar da paternidade desde o período da gravidez, cuidar dos bebês (limpá-los, alimentá-los, etc.), ter uma relação mais direta com os filhos, expressando amor e ternura, não sendo somente uma figura de autoridade e muito menos autoritária.

Entretanto, no decorrer do seminário, pode-se notar que dois discursos foram elaborados a respeito da necessidade da maior participação dos homens. Um, que poderia ser designado de discurso feminista – uma vez que os próprios atores que defendiam essa postura assim se denominavam –, apresentava uma elaboração da “nova paternidade” considerando essa maior participação como um **dever**. Ou seja, esse discurso era proferido em termos de uma exigência de maior participação dos homens no cuidado com os filhos e de maior responsabilidade frente à reprodução, com o intuito de dividir e diminuir as responsabilidades colocadas nas mulheres em relação aos filhos.

Outro discurso, que poderia ser designado de “o novo homem”, defendia uma elaboração da “nova paternidade” que considerava a maior participação dos homens como um **direito**. Esse discurso era proferido em termos de uma reivindicação pelo direito dos homens de estarem mais próximos de seus filhos, de cuidar deles, de dar-lhes carinho e atenção. Com base na bibliografia existente sobre o tema, pode-se dizer que esse tipo de elaboração surgiu da idéia de que: “Atualmente é possível ser homem sem ser ‘macho’ e

¹⁶ O seminário contou com a participação de pessoas de diferentes estados brasileiros e de outros países da América Latina, vindos das áreas de: medicina, enfermagem, psicologia, sociologia, antropologia, demografia, filosofia, pedagogia, etc.; que mantinham vínculo com a academia, os serviços de saúde, os movimentos de mulheres e as organizações não governamentais.

opressor”¹⁷, gerada pelo que se convencionou chamar de “crise da masculinidade”¹⁸.

Durante o seminário, as discussões sobre a “crise da masculinidade” faziam referência também à “solidão da paternidade”, citada na literatura como advinda do papel tradicional que é esperado dos homens e que os impedem de ter uma relação próxima e prazerosa com seus filhos e companheiras, sofrendo uma marginalização.¹⁹ Em contraposição a essa crise e solidão um “novo pai” é vislumbrado, um pai mais sensível e carinhoso, que tem maior interação com os filhos dentro de parâmetros de igualdade, compreensão e respeito.²⁰

A elaboração dos discursos em termos de direitos e deveres levou ao surgimento de outra tensão no decorrer do seminário, referente aos riscos e avanços que a “incorporação” dos homens na arena reprodutiva traria. Nessa tensão, representantes do discurso feminista procuraram considerar os riscos, enfatizando que o principal poder que as mulheres dispõem é o reprodutivo e passar a dividi-lo com os homens poderia significar uma redução de poder ou mesmo a perda de *la pièce de résistance*. Por seu lado, aqueles que representavam o discurso do “novo homem” procuraram contemporizar, enfatizando que o *empowerment* não deveria ser concebido de maneira hidráulica, ou seja, não se deveria partir do pressuposto de que à medida que os homens ganham poder, as mulheres o perdem, e vice-versa. A proposta trazida por esse grupo foi a idéia de *empowerment* mútuo, isto é, o ganho de poder de maneira simultânea por mulheres e homens.

O contexto em que ocorreu essa discussão está pautado por um dos temas do primeiro dia do seminário, relativo à estruturação do campo homens, sexualidade e reprodução. A discussão trazida sobre esse tema referia vias distintas de inserção do discurso sobre homens e masculinidades no campo da saúde/direitos reprodutivos.

No plano acadêmico, a inserção nas pesquisas de questões relativas a homens e masculinidades foi atribuída ao desejo das feministas de proteger as mulheres e de preservar sua saúde. A motivação para realizar estudos sobre homens teria surgido, portanto, de uma preocupação com as mulheres e não com a saúde ou os problemas específicos dos próprios homens. Nessa perspectiva, os homens teriam entrado no campo como instrumentos e não como sujeitos.

No plano das agências financiadoras internacionais, foi atribuída à preocupação com o controle da natalidade a incorporação dos homens nas questões reprodutivas. Tais agências teriam percebido que os homens influenciam as mulheres na escolha e na continuidade de uso de métodos anticoncepcionais e na decisão do número de filhos; ao mesmo tempo que se deram conta que os homens não têm uma idade reprodutiva restrita como as

¹⁷ NOLASCO, S. (org.) *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995, p.7.

¹⁸ Assim, os homens questionam: “(...) a necessidade de nos mostrarmos sempre fortes e capazes; de limitarmos a expressão de nossos sentimentos; de vivermos quase que exclusivamente em campos competitivos; de funcionarmos como servidores da mulher; de sermos permanentemente provedores (...)”. HAMAWI, R. Que querem os homens? In: NOLASCO, S. (org.) Op.cit., 1995, p.9

¹⁹ FIGUEROA PEREA, J.G. e LIENDRO ZIGNONI, E. La presencia del varón en la salud reproductiva. In: HARDY, E. et alii (eds.) *Ciências Sociais e Medicina: atualidades e perspectivas latino-americanas*. Campinas, CEMICAMP, 1995.

²⁰ MONTGOMERY, M. *O novo pai: a dimensão da paternidade*. São Paulo, Saraiva, 1994.

De clonagens e de paternidades...

mulheres. Por esses motivos os homens teriam passado também a ser alvo de pesquisa e intervenção.

Algumas feministas atribuíram o interesse dos homens pela questão reprodutiva à luta pelo poder. Foi considerado que esse interesse surgiu apenas no momento em que a reprodução passou a fazer parte da esfera pública/política, através do conceito de direitos reprodutivos. O pressuposto era o de que esse interesse foi suscitado pelo fato da questão reprodutiva ter entrado em uma esfera masculina, onde considera-se que a luta pelo poder desenrola-se de forma mais evidente.

A tensão entre direitos e deveres, nas discussões do seminário, refletiu-se em uma ambigüidade na forma de tratar algumas questões. Havia abordagens distintas, dependendo do ponto que estava em debate. Assim, nas questões relativas às possibilidades de transformações, consideradas desejáveis nas relações assimétricas entre homens e mulheres, acionava-se o conceito de gênero, definido como uma construção social do masculino e do feminino, que não está determinada pela anatomia dos corpos dos homens e mulheres. Essa noção permitiria um questionamento das atribuições dadas a homens e mulheres, colaborando na argumentação de que transformações nessas atribuições são possíveis, uma vez que estas não são naturais. Por outro lado, quando a discussão remetia ao estabelecimento de direitos reprodutivos de homens e mulheres, a referência passava a ser a diferença natural entre os corpos de mulheres e homens, principalmente a possibilidade que as mulheres têm, e os homens não, de engravidar. A possibilidade de engravidar era então considerada a base para o estabelecimento de direitos reprodutivos, por ser entendida como uma evidência que traz conseqüências distintas para mulheres e homens.

A análise dos debates realizados durante o seminário indica várias tensões acarretadas pela discussão dos temas.²¹ Essas tensões parecem indicar as dificuldades acarretadas por um processo de transformação de um campo considerado tradicionalmente feminino, o da reprodução. Se consideramos que gênero não se refere apenas a homens e mulheres, mas também a artefatos, eventos, seqüências, ações, espaços²²; percebemos que ao campo da reprodução foi dada uma atribuição feminina e que o processo de mudança dessa atribuição se desenrola através de embates.

As discussões do seminário indicam que essa atribuição feminina ao campo reprodutivo está baseada no dimorfismo sexual. Segundo Almeida, o dimorfismo sexual é freqüentemente tomado como sendo a base natural para as construções culturais porque:

(...) a característica fundamental do gênero é ter como base metafórica o corpo e este permitir, nas nossas circunstâncias históricas e culturais,

²¹ A elaboração da noção de paternidade em termos de dever em contraposição à de direito; a percepção da incorporação dos homens na arena reprodutiva como um risco de perda de poder por parte das mulheres *versus* a proposta de empowerment mútuo de mulheres e homens; inserção do discurso sobre homens e masculinidades no campo da saúde/direitos reprodutivos via: preocupação com as mulheres *versus* a preocupação com o controle da natalidade *versus* o interesse dos homens na luta pelo poder; utilização do conceito de gênero como uma construção social do masculino e do feminino, que não está determinada pela anatomia dos corpos dos homens e mulheres em contraposição a uma referência à diferença natural entre os corpos de mulheres e homens, principalmente à possibilidade de engravidar.

²² STRATHERN, M. *The Gender of the Gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley, University of California Press, 1988.

um processo resistente de legitimação da ordem social - o essencialismo.²³

Portanto, parece-me que as tensões relativas ao campo reprodutivo podem ser vistas como um embate travado entre um processo de essencialização *versus* as tentativas de transformação do campo. As tensões mostram como processos de mudança se deparam com as cristalizações baseadas no dimorfismo sexual. Considero que o evento aponta as dificuldades trazidas pela possibilidade da mudança de gênero também em outros níveis que não somente aquele relativo a homens e mulheres.

Assim, se o seminário partia de uma discussão sobre homens, sexualidade e reprodução, terminou deixando, do meu ponto de vista, algumas indagações pragmáticas em relação à transformação nas relações reprodutivas: em um campo de luta pelo poder, quem formula os direitos reprodutivos masculinos? Como influenciará na definição desses direitos o fato da entrada dos homens na arena reprodutiva não só ter sido posterior a das mulheres, como também em decorrência dos interesses delas?²⁴ Mas as tensões presentes nas discussões sobre as transformações nas relações reprodutivas apontam também o caráter relacional do gênero, como veremos na parte seguinte.

4. Os eventos e as concepções sobre paternidade

Os eventos nos oferecem dados relevantes para pensar a respeito das concepções sobre paternidade e sobre a questão da paternidade ser ou não fundamental na elaboração das representações de masculinidade. As discussões relativas aos eventos dão indício do estabelecimento de uma relação entre masculinidade e paternidade, uma vez que marcam uma concepção sobre masculinidade que enfatiza a importância do papel desempenhado pelo homem na reprodução.

A polêmica em torno de Dolly e da possível clonagem de seres humanos mostra uma reação negativa à exclusão dos homens das esferas da reprodução e da descendência. Essa reação pode ser entendida como uma negação da completa feminilização da reprodução, resultante da exclusão dos homens. E, por consequência, uma negação da feminilização da descendência. Meu argumento é que a discussão gerada mostrou a consternação causada pela possibilidade de exclusão dos componentes considerados próprios da masculinidade: paternidade, sexualidade, descendência. Se é assim, esse processo de exclusão resultaria no esvaziamento da própria masculinidade.

A discussão sobre Dolly, ao demonstrar a noção de que a reprodução deve se dar através de relações sexuais entre um homem e uma mulher, sem exclusão, revela uma representação naturalizada das relações reprodutivas. No meu entender, a polêmica aponta para uma concepção que naturaliza tanto a maternidade quanto a paternidade.

²³ ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico* 95, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p.165.

²⁴ De uma perspectiva mais prática, como proceder para um *empowerment* mútuo no caso, por exemplo, do aborto provocado? A mulher teria o direito de abortar, independente da vontade manifestada pelo homem, porque o corpo lhe pertence, como sugere o antigo *slogan* feminista? Onde e como entra o direito do homem de querer ou não ser pai? O homem teria direito de exigir que a mulher levasse a gravidez adiante porque deseja ser pai, ou de exigir que ela abortasse por não desejar?

De clonagens e de paternidades...

Também nas discussões realizadas durante o seminário podemos encontrar a importância da paternidade para a elaboração de noções de masculinidade. As propostas de reestruturação do significado da masculinidade, a “nova masculinidade”, remetiam à proposta de uma nova forma de vivenciar a paternidade, à uma “nova paternidade”. As representações presentes no seminário referiam-se à paternidade como um dever ou como um direito dos homens. As discussões sobre o “novo homem, o “novo pai”, ressaltavam a chamada “crise da masculinidade”, uma crise das identidades masculinas; principalmente daquela denominada de masculinidade hegemônica, que Connell define como:

(...) the configuration of gender practice which embodies the currently accepted answer to the problem of the legitimacy of patriarchy, which guarantees (or is taken to guarantee) the dominant position of men and the subordination of women.²⁵

Mas, a pergunta que cabe aqui é: por que estaria havendo uma crise da masculinidade? O que teria suscitado o questionamento dessa identidade? Segundo Santos:

Quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação. (...) É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados.²⁶

O argumento de Santos de que perguntar pela sua identidade é colocar-se na posição de outro, é colocar-se em uma situação de subordinação, pode contribuir para explicar o fato de muitos autores homens terem assumido uma posição de vítima ao tratar do tema da crise da masculinidade, lamentando todas as exclusões sofridas por estarem presos a uma exigência de ter que cumprir seu papel tradicional de homem.

Seguindo a linha de pensamento do autor sobre a importância de conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições e contra quem, encontramos nas discussões surgidas no seminário o argumento oferecido pelo discurso feminista de que os homens começaram a se questionar sobre sua identidade a partir das reivindicações trazidas pelo movimento de mulheres e pela conseqüente entrada das questões referentes à reprodução na esfera pública/política.

Parece-me inegável que o movimento feminista, com suas várias tendências, tenha trazido um questionamento das identidades femininas que gerou como um de seus efeitos a quebra da estabilidade da identidade masculina hegemônica; formulando mudanças que envolveram os homens.²⁷ Mas, o que me parece mais instigante a esse respeito é que, aceitar que a crise

²⁵ CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley, University of California Press, 1995, p.77.

²⁶ SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto, Edições Afrontamento, 1994, p.119.

²⁷ Alguns autores chamam a atenção para a importância dos movimentos gay e lésbico para as novas formas de reflexão sobre a masculinidade. Ver: NOLASCO, S. (org.) Op.cit., 1995.; e ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (orgs.) Introdução. In: *Homens e masculinidades: Outras palavras*. São Paulo, Editora 34/ECOS, 1998.

da masculinidade hegemônica foi propiciada por um questionamento das identidades femininas, nos permite evidenciar o caráter relacional do gênero. Esse caráter relacional pode ser apreendido através do conceito de *dividual* proposto por Strathern.²⁸ A autora usa o conceito para enfatizar que os melanésios têm fronteiras permeáveis e que estão em movimento constante entre diferentes aspectos da vida social, sendo o gênero um desses movimentos. Portanto, ser homem ou mulher nas sociedades melanésias surge como um estado unitário e total apenas em circunstâncias particulares; sendo que esse estado contém dentro dele uma identidade composta, que está suprimida naquele momento. O estado unitário só surge através de uma **ação**, isto é, através de uma *performance* de apresentação. Seria então a lógica da mercadoria, a idéia ocidental de indivíduo, que nos levaria ao atributo das coisas e à localização da posse, propriedade, controle e idéias de poder numa relação direta entre atributos concretos e o indivíduo unitário.

Retomando a questão da crise de identidade masculina a partir dessa perspectiva, observa-se que uma mudança nos pressupostos sobre feminilidade não poderia deixar de gerar um questionamento dos pressupostos sobre masculinidade, uma vez que essas mudanças propiciaram uma transformação nas circunstâncias desencadeadoras das ações, gerando uma desestabilização nas *performances* apresentadas por mulheres e homens.

Adaptando o que propõe Almeida²⁹ para os eventos que estou analisando, as perguntas a serem feitas deveriam ser: como o discurso e a prática da reprodução são constituintes do gênero e por ele constituídos? O que as metáforas sobre corpo estão falando sobre gênero? Como as noções de diferença anatômica e fisiológica são construídas, incorporadas e transformadas através da paternidade e maternidade?

Para pensar sobre essas perguntas, vou seguir as idéias propostas por Strathern em um artigo sobre a polêmica levantada em torno da "Síndrome do Nascimento Virgem", que teve lugar na Grã-Bretanha em 1991.³⁰ Trata-se da polêmica em torno da solicitação de mulheres virgens por reprodução assistida para evitar relações sexuais e conseguir engravidar.

A autora faz uma comparação da discussão citada com a da "Polêmica do Nascimento Virgem", que ocorreu dentro da antropologia nos anos 60 e que decorria sobre a questão de se, para os trobriandeses, a concepção dependia das relações sexuais. Strathern escreve que na representação trobriandesa o casal reprodutivo é o irmão e a irmã. Um espírito matrilinear ancestral implanta o embrião na mulher e o marido da mulher é responsável por alimentar e formar o embrião através das relações sexuais até que ele nasça. Cada um destes atos implica em um relacionamento.

Já na representação euro-americana, a mulher engravida através de uma relação sexual e o feto se desenvolverá independente da participação do marido, independente do relacionamento com o pai. Por isso:

Enquanto a biologia se desenrola, os relacionamentos têm de ser constantemente trabalhados nesse tipo de sistema de parentesco. Assim, o relacionamento que se produziu na concepção pode não durar, a menos que seja protegido por outros relacionamentos entre o

²⁸ STRATHERN, M. Op.cit., 1988.

²⁹ ALMEIDA, M.V. de. Op.cit., 1996.

³⁰ STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*, ano 3, nº 2, Rio de Janeiro, 1995.

De clonagens e de paternidades...

mesmo casal – como o casamento ou sua contrapartida. Em consequência disso, o filho, que nasce indubitavelmente com um pai genético (seja quem for, existiu), continua “necessitando” de um pai social. O filho euro-americano não nasce axiomáticamente em um campo de relacionamentos. Embora sua concepção exigisse um relacionamento, que suas características registram, em si mesmo ele surge como **uma pessoa individual com necessidade de relacionamentos** (...).³¹ O indivíduo nasce de indivíduos. E isso é encarado como um fato natural que também é um problema que as relações têm de negociar. Uma solução cultural, por assim dizer, é imaginar as partes do relacionamento criando uma assimetria entre si mesmas. (...) Por convenção cultural a assimetria se repete no gênero dos próprios desejos: supõe-se que o homem deseja a ligação sexual e a mulher o relacionamento. (...) As pessoas são comparadas em termos do que podem trazer **para** um relacionamento. No contexto da procriação, o gênero contribui fundamentalmente para esse exercício euro-americano de comparação: se os relacionamentos se baseiam na comparação de pessoas, nos relacionamentos procriativos a comparação por gênero torna-se concreta e evidente pelo intercuro sexual.³²

Considerando-se a discussão sobre a representação euro-americana da reprodução feita pela autora para pensar as questões colocadas anteriormente, sugiro que essa representação euro-americana possibilita a disputa pelo poder que se estabelece no campo dos direitos reprodutivos. Ampliando a discussão para esse campo teríamos que, nessa representação, o pai é considerado doador de metade da carga genética do filho, sendo reconhecido pai não somente pela sua relação com a mãe mas, se for preciso, também através de um exame genético que atribui a paternidade. Entende-se que o feto, uma vez concebido, se desenvolverá independente da participação paterna. Portanto, pai e mãe são concebidos como indivíduos unitários que entram cada um com sua participação no processo reprodutivo. Entretanto, as noções de diferença anatômica e fisiológica atribuem contribuições desiguais entre a mãe e o pai. A participação do pai refere-se à relação sexual e ao esperma; enquanto que a da mãe refere-se, além da relação sexual e do óvulo, também ao útero, um elemento a mais.

Minha sugestão caminha no sentido de que, na discussão sobre direitos reprodutivos, é justamente esse elemento a mais o ponto que gera as tensões. Nas discussões realizadas no seminário, a possibilidade de engravidar era a base sobre a qual se debatia se as mulheres teriam ou não mais direitos reprodutivos, ou deveres, que os homens. Um exemplo é a discussão em torno da decisão sobre o aborto provocado: até que ponto a opinião do homem, possível futuro pai, deve ser considerada quando o feto se encontra dentro do corpo da mulher? Que poder efetivo tem o homem frente ao desejo da mulher de realizar um aborto?

Portanto, a capacidade de engravidar aparecia como ponto de referência para discussão das questões reprodutivas e como parâmetro para estabelecer direitos e deveres. Ou seja, elaborações a respeito da arena reprodutiva eram realizadas tendo por base o dimorfismo sexual. A análise dessa postura aponta para um paradoxo, que é a utilização de uma base considerada natural e,

³¹ STRATHERN, M. Op.cit., 1995, pp.327-328.

³² Id., ib., pp.328-329.

portanto, legitimadora da ordem social, para o estabelecimento de direitos e deveres que pretendem combater a assimetria de poder entre mulheres e homens. Ao se tomar o dimorfismo sexual como base para a discussão sobre direitos reprodutivos corre-se o risco de se utilizar argumentos enraizados nas próprias idéias que se pretende combater.

Como citado anteriormente, nas discussões realizadas durante o seminário foi utilizada como referência analítica uma perspectiva construcionista do gênero, isto é, um pressuposto de que o gênero é uma construção cultural feita sobre corpos sexuados, sobre diferenças biológicas naturais. A utilização desse pressuposto visava enfatizar a possibilidade de transformações nas relações assimétricas entre mulheres e homens. Essa perspectiva baseia-se na idéia de que o sexo é natural, imutável e o gênero é uma construção, cambiável. Existem, portanto, dois sexos distintos, sobre os quais se constrói o gênero.

Entretanto, a idéia da naturalidade de dois sexos diferentes e exclusivos já foi contestada por Laqueur³³, que buscou mostrar em seu trabalho não a construção social dos gêneros, mas a construção social da diferença sexual. Segundo o autor, até o século XVII acreditava-se na existência de um único sexo, sendo a diferença anatômica entre homens e mulheres pensada como diferenças de graus desse único sexo. Também considerava-se que uma pessoa podia mudar de sexo, uma vez que este era apenas uma questão de diferenciação por graus dentro de um único sexo. Para Laqueur, a concepção da existência de dois sexos distintos e exclusivos começa a se delinear a partir do final do século XVII.

O debate em torno da possibilidade da clonagem humana agudiza as questões referentes aos direitos reprodutivos. Dentro da representação euro-americana sobre a reprodução, a clonagem humana significaria a exclusão dos homens do processo reprodutivo, uma vez que não participariam nem através das relações sexuais, nem do esperma. Essa exclusão possibilitaria uma autonomia por parte das mulheres, que poderiam eleger ou não um homem para ser o pai social de seu clone/filho.

As tecnologias reprodutivas já propiciaram situações parecidas. O caso da inseminação artificial com sêmen de doador permite, por exemplo, que um casal de lésbicas tenha um filho mantendo uma autonomia em relação aos homens, uma vez que a identidade do doador deve ser mantida em sigilo. Entretanto, a representação paterna está presente, dada pelo esperma, que simboliza a participação masculina. Mesmo sendo mantida em sigilo a identidade do doador, houve a participação de um homem, de um pai, o que não acontece no caso da clonagem.

A hipótese da clonagem humana parece trazer, portanto, elementos ainda mais complicadores que aqueles trazidos pela "Síndrome do Nascimento Virgem". No caso da síndrome, por haver necessidade de esperma, o filho "nasce indubitavelmente de um pai genético" como escreveu Strathern, o que não acontece no caso da clonagem. Strathern narra o mal-estar sentido pelos clínicos londrinos procurados pelas mulheres que queriam filho sem ter relações sexuais, porque eles foram colocados em um papel quase sexual. Segundo a autora, se o esperma que seria usado na fertilização artificial representava o pai, o médico estaria representando a relação sexual, ou seja, o

³³ LAQUEUR, T. *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*. Harvard University Press, 1990.

De clonagens e de paternidades...

responsável por desvirginar aquelas mulheres. Portanto, no caso da “Síndrome do Nascimento Virgem”, parece-me que a representação de um homem está presente. Considero que o “mal-estar” causado pela possibilidade da clonagem humana estaria na falta de qualquer representação masculina no processo, uma vez que não somente não há relação sexual, como também não existe esperma.

Além disso, consideremos o que escreveu Strathern sobre a necessidade que o filho tem de relacionamentos, uma vez que na representação euro-americana a criança nasce uma pessoa individual com necessidade de relacionamentos. A autora refere que o relacionamento que se produziu na concepção pode não durar e precisa ser protegido por outros relacionamentos entre o mesmo casal. Entretanto, no caso da hipótese da clonagem humana, tendo a clonagem animal como referência, não existiria nem mesmo o relacionamento que produziu a concepção. Ainda, como na representação euro-americana considera-se que são as mulheres que desejam o relacionamento, a idéia da possibilidade das mulheres não serem mais responsáveis pelos relacionamentos conduz a uma desestabilização nas atribuições de gênero. Escreve Strathern sobre a polêmica em torno das mulheres virgens que queriam ter filhos sem ter relações sexuais:

Especulo que há aqui a sugestão de um papel sexual distinto para o gerador euro-americano não relacionado à concepção em si. Pareceria que não é a constituição do filho que está em questão apenas, mas a da mãe. Se assim é, o gerador homem num tal pensamento euro-americano não faz apenas o filho, sozinho ou na teoria duogenética pela parceria com a mãe: também faz a mãe.³⁴

Poderíamos utilizar essa mesma idéia na análise dos motivos da polêmica levantada em torno de Dolly e da possibilidade da clonagem humana. O fato é que Dolly é uma ovelha sem pai, que só contou com a participação materna. Especulo que, como uma forma de “sanar” a desestabilização trazida por esse fato, posteriormente, Dolly “teve” que dar à luz um rebento concebido através de relações sexuais, um rebento com um pai. A forma como a notícia foi divulgada, colocando em evidência que Dolly havia concebido por “vias normais”, que Dolly era portanto uma “ovelha normal”, parece significativo da importância atribuída à paternidade.

Embora o caso de Dolly trate de reprodução entre animais, parece-me evidente que a importância desse evento refere-se ao papel simbólico que desempenhou ao ser alvo de atribuições referentes aos seres humanos. Se a possibilidade da clonagem humana não fosse levantada, acredito que a polêmica em torno de Dolly não seria muito grande. Entretanto, a partir do momento que essa possibilidade foi levantada, Dolly, em um processo antropomórfico, passou a ser representativa de questões referentes à paternidade. Por isso considero que o desfecho do evento – a reprodução sexuada, com a participação de um pai – parece uma resposta à polêmica levantada em torno da ausência paterna.

Stolcke e Pina Cabral também elaboraram textos onde chamaram a atenção para a importância atribuída à paternidade e ao fato do pai fazer a mãe. Stolcke³⁵, discorrendo sobre as novas tecnologias reprodutivas, relatou um caso

³⁴ STRATHERN, M. Op.cit., p.324.

³⁵ STOLCKE, V. Derechos reproductivos. In: AZEREDO, S. e STOLCKE, V. (orgs.) *Direitos*

norte-americano em que um casal alugou a barriga de uma mulher, inseminada artificialmente pelo marido da esposa. A mãe de aluguel se negou a entregar o bebê e o tribunal decidiu que quem tinha direito à criança era o pai biológico. Também escreveu que na Espanha uma lei estabelece que se uma mulher se submeter a uma inseminação artificial ou a uma fertilização *in vitro* sem o consentimento do marido/companheiro estável, este poderá repudiar a criança. Stolcke conclui que as tecnologias reprodutivas foram desenvolvidas não por causa do interesse das mulheres em ter filhos, mas para assegurar a paternidade:

Es decir, la definición convencional de la maternidad y paternidad en términos biológicos no se sustenta. La madre era aquella que daba luz a la criatura y el padre era el marido de la madre. Ahora puede darse el caso inverso: la madre es la esposa del padre biológico.³⁶

Nos dois casos, também é o relacionamento que estabelece a paternidade e a maternidade. No caso da barriga de aluguel, a mãe é definida como a esposa do pai, mesmo sendo outra a mulher que cedeu o óvulo e o útero para a reprodução. No caso de inseminação artificial com sêmen de doador, o marido da mulher é considerado o pai, uma vez que a identidade do doador é mantida em sigilo, por isso a mulher precisa de seu consentimento.

Essa questão remete ao texto de Pina Cabral³⁷ que trata das leis de filiação portuguesas. Segundo o autor, a máxima mais freqüentemente encontrada nas obras dos juristas portugueses sobre o tema filiação é *mater semper certa est, pater nunquam*, ou seja, a mãe é sempre certa, o pai nunca. Entretanto, outra máxima é utilizada para “sanar” o problema gerado pela incerteza da paternidade: *pater is est quem nuptiae demonstrant*, isto é, o pai da criança é quem demonstrar estar casado com a mãe. Assim, uma máxima cria as condições para o estabelecimento da maternidade e outra para a paternidade. Se em um primeiro momento parece que essas máximas indicam a precedência da mãe, o autor vai demonstrar que não é bem assim.

Referindo-se ao noroeste português, Pina Cabral escreve que, nessa região, as estratégias matrimônias dos camponeses com terra levam aqueles que não têm terra ao casamento entre si, e levam também à ilegitimidade. Os homens mais pobres encontram-se em uma situação familiar marginal, onde as mulheres detêm maior poder doméstico, porque a eles lhes faltam os meios econômicos e simbólicos considerados necessários por esta cultura para instituir a dominação masculina doméstica. A ilegitimidade surge nas situações de pobreza extrema, onde os homens não têm os meios necessários para criarem ligações domésticas permanentes e, portanto, não têm acesso à paternidade, estabelecida pelo discurso legal do *pater is est quem nuptiae demonstrant*.

Por outro lado, o fato de não estar casado possibilita que um homem não reconheça um filho “bastardo” se não o desejar, pois em Portugal a maioria dos juizes utiliza o teste de paternidade somente para excluir a possibilidade da paternidade e não para confirmá-la. Segundo o autor, esse procedimento visa a proteção do patrimônio dos homens abastados, impedindo que os filhos

reprodutivos. São Paulo, FCC/DPE, 1991.

³⁶ Id., ib., p.85.

³⁷ PINA CABRAL, J. de. A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da antropologia social. *Análise Social*, vol. XXVIII, 1993, pp.123-124.

De clonagens e de paternidades...

“ilegítimos” reivindicuem a herança paterna. Além disso, os juristas portugueses negam que a união de fato seja um tipo de família.

Baseado nesses dados, Pina Cabral afirma que a legislação portuguesa não protege os direitos dos homens, protege os direitos e autoridade dos homens casados, dos homens que tiveram acesso às condições necessárias para estabelecer legalmente a sua autoridade patriarcal. A lei institui e protege um tipo de familismo baseado na autoridade patriarcal. O autor conclui que:

Assim, num primeiro momento a maternidade é considerada como visível e segura e a paternidade é apercebida como obscura e incerta. A revelação da paternidade, que condiciona a sua legitimação, é um acto de poder. Assim, num segundo momento, uma vez legitimada, a paternidade acaba por assumir o papel principal na identificação do indivíduo. (...) No discurso legal, a filiação materna – pública e ostensiva – do *mater semper certa* cede lugar à paternidade através do *pater is est*, por meio da cerimônia legal do casamento. Uma vez legitimada, porém, a paternidade assume a precedência na identificação da pessoa jurídica, cujo nome principal é o nome do pai e do pai do pai.³⁸

Ao discorrer sobre a paternidade, os autores também oferecem perspectivas que mediatizam a associação mulher/mãe-natureza; que relativizam a idéia da naturalidade da constituição da mãe dada pela evidência da gravidez. Os textos argumentam que o pai faz a mãe na representação euro-americana da reprodução (Strathern); que é o relacionamento com o pai que define quem é a mãe nos casos de uso de tecnologias reprodutivas (Stolcke); que a paternidade assume precedência sobre a maternidade depois de legitimada pelo casamento e pelo poder econômico (Pina-Cabral). Os argumentos mostram que nem as mães nem os pais constituem-se naturalmente, sendo engendrados por um relacionamento, e pelas atribuições advindas desse relacionamento.

Voltando à Dolly, acredito que a discussão e a indignação geradas pela possibilidade da clonagem de seres humanos – a idéia de ser imoral, pernicioso – não se refere apenas aos perigos citados nos artigos de jornal sobre a extinção das diferenças, sobre idéias eugênicas nazistas, etc. Refere-se também, ou principalmente, à aberração que constitui a exclusão dos homens do campo reprodutivo, que traz conseqüências não somente para a constituição dos pais, mas também das mães.

Considerando o discurso e a prática da reprodução como constituintes do gênero e por ele constituídos, eu diria que a polêmica gerada pela possibilidade dos homens tornarem-se desnecessários à reprodução revela uma inquietação frente à possibilidade de transformação do gênero, que têm na reprodução uma de suas metáforas mais fortes.

Até aqui, o gênero foi referência constante para as discussões sobre paternidade e masculinidade tecidas a partir da análise dos eventos; o que me leva a considerar a importância de uma abordagem de gênero e masculinidade como um campo de discussão teórica. É o que apresento a seguir.

5. Gênero e masculinidade

³⁸ PINA CABRAL, J. de. Op.cit., 1993, p.195.

As teorias sobre gênero vêm se desenvolvendo no sentido de criticar o caráter identitário que permeou muitos dos trabalhos realizados sobre mulheres. Essa crítica ressalta que o caráter identitário dessas abordagens resultou na constituição de teorias parciais e de fundo essencialista. Ao analisarmos a bibliografia de estudos sobre masculinidade, percebemos que essa crítica pode ser estendida a muitos trabalhos que tratam de homens. Adotar uma perspectiva relacional – e, portanto, não identitária – de gênero é considerar que gênero não refere-se unicamente a homens e mulheres e que as associações homem-masculino e mulher-feminino não são óbvias.

Entretanto, também os estudos sobre gênero foram criticados, apontados como incapazes de compreender os sujeitos concretos. Em relação a essa crítica, Kofes escreve que, quando se fala em gênero, mulher é uma categoria, entre outras, formulada pela distinção de gênero:

As categorias “mulher” ou “homem” recobrem, no meu entender, um campo de referência mais restrito que as categorias masculino e feminino, e as primeiras poderiam ser consideradas como partes da segundas. Desta forma, não haveria oposição, exclusão ou substituição (mulher e/ou gênero, gênero por mulher) mas gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, aquele cujos referentes falam da distinção sexual. Quer onde estão sujeitos concretos, substantivos, homens e mulheres, quer onde nem mesmo encontramos estes sujeitos.³⁹

Assim, gênero engloba homens e mulheres, indo além dos sujeitos concretos. Estudos sobre homens sem referência ao gênero desconsideram que a masculinidade é constituída nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres. Segundo Strathern⁴⁰, gênero refere-se a um tipo de categorias de diferenciações. Gênero é entendido como as categorizações de pessoas, artefatos, eventos, seqüências e tudo o que desenha a imagem sexual, indicando os meios pelos quais as características de masculino e feminino tornam concretas as idéias das pessoas sobre a natureza das relações sociais.

Assim, masculinidade não se refere somente a homens, mas também a artefatos, eventos, seqüências. Em determinadas situações, a masculinidade pode referir-se às mulheres. O que está em jogo são as relações que são estabelecidas e as atribuições de masculino e feminino elaboradas através dessas relações. Para a autora, como já tivemos oportunidade de citar anteriormente, ser homem ou mulher surge como um estado unitário e total apenas em circunstâncias particulares; sendo que esse estado contém dentro dele uma identidade composta, que está suprimida naquele momento. O estado unitário só surge através de uma **ação**, isto é, através de uma *performance* de apresentação.

Enfatizar o caráter relacional do gênero não é afirmar que os estudos de gênero devam ser sempre e necessariamente com homens e mulheres simultaneamente, pois isso seria reforçar uma perspectiva identitária. Enfatizar o caráter relacional do gênero é dizer que os estudos sobre sujeitos concretos (homens e mulheres/homens ou mulheres) devem considerar as

³⁹ KOFES, S. Categorias analítica e empírica: Gênero e mulher: Disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu* (1), 1993, pp.28-29.

⁴⁰ STRATHERN, M. Op.cit., 1988.

De clonagens e de paternidades...

percepções sobre masculino e feminino como dependentes, ao mesmo tempo que constitutivas, das relações sociais. É dizer também que gênero possibilita estudar as categorizações cujos referentes falam da distinção sexual, mesmo onde os sujeitos não estão presentes.

A crítica ao caráter identitário de estudos sobre mulheres, que estendo aqui aos de homens, refere-se à totalização do sujeito, que ao ser tratado como Homem ou Mulher, como universal, desconsidera outras relações. Perspectivas não identitárias buscam dar ênfase à pluralidade de mulheres e homens, recortados pelas diferenças de raça, classe social, idade, orientação sexual, nacionalidade, etnia, religião, etc.

Essa crítica surgiu no começo dos anos 80, quando saíram publicados nos Estados Unidos livros de mulheres de cor que denunciavam um feminismo branco e dominante, cúmplice do classicismo, do colonialismo, do racismo, do imperialismo, do heterossexismo.⁴¹ A crítica era dirigida ao fato do feminismo estar sendo representativo das mulheres brancas, de classe média, norte-americanas, intelectualizadas, heterossexuais, desconsiderando as questões trazidas por mulheres que não preenchiam esses requisitos: de cor, pobres, latino-americanas, homossexuais, etc.⁴²

As propostas teóricas elaboradas a partir dessas críticas referem-se à uma abordagem que não fixe uma identidade, que permita uma análise da fluidez da identidade, a partir de uma perspectiva relacional:

Within a relation framework, identities shift with a changing context, dependent always upon the point of reference. Not essences or absolutes, identities are fluid sites that can be understood differently depending on the vantage point of their formation and function.⁴³

Friedman chama de narrativas culturais de posicionalidade relacional (*cultural narratives of relational positionality*) o discurso que começa a ser produzido por homens e mulheres de diferentes pontos de vista étnicos e raciais, que entendem a identidade como situacionalmente construída e definida no cruzamento de sistemas diferentes de alteridade e estratificação.⁴⁴

Haraway⁴⁵, ao tratar da questão da ciência para o feminismo, combate as perspectivas analíticas totalizadoras, mas também chama a atenção para os perigos de uma perspectiva relativista. Para a autora, tanto uma como outra prometem a visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da ciência. Para a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional, Haraway propõe uma perspectiva parcial para a elaboração de saberes localizados. A objetividade feminista só poderia ser alcançada através de perspectivas parciais, que tratassem da localização limitada e do conhecimento localizado.

⁴¹ MORAGA, C. & ANZALDÚA, G. (eds.) *This bridge called my back: writings by radical women of color*. Watertown, Mass., Persephone, 1981; HILL, G.; SCOTT, P.B.; SMITH, B. (eds.) *All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave*. Feminist Press, 1982.

⁴² LAURENTIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

⁴³ FRIEDMAN, S. S. Beyond White and Other: Relationality and Narratives of Race in Feminist Discourse. *Signs*, vol. 21, nº 1, 1995, p.17.

⁴⁴ Id., ib.

⁴⁵ HARAWAY, D. Saberes localizados; a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), 1995.

Em sua proposta de busca da objetividade, a autora considera que o conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial:

Não há maneira de “estar” simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe. E esta é uma lista resumida das posições críticas. A procura por uma tal posição “inteira” e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional, que às vezes aparece na teoria feminista como a essencializada Mulher do Terceiro Mundo.⁴⁶

Entendo que o que a autora chama de objeto perfeito, fetichizado, é o objeto alvo de uma fixação identitária que, não considerado em termos de suas “posicionalidades relacionais” (termo sugerido por Friedman), acaba por ser essencializado, como no caso da “Mulher do Terceiro Mundo”. Assim, parece-me que o que está em questão é o pouco avanço analítico que representa sair de uma perspectiva que considera a mulher branca norte-americana de classe média como a Mulher do feminismo, para cair em uma perspectiva englobante da “mulher do terceiro mundo”.

Para Haraway, o interesse não está na parcialidade em si mesma, mas nas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece, sendo que o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular.

Parece-me que Butler oferece uma definição que abarca as propostas de se considerar o gênero como relacional, situacional, posicional; que se opõe a mecanismos de fixação, cristalização e essencialização trazidos por abordagens de caráter identitário:

Gender is a complexity whose totality is permanently deferred, never fully what it is at any given juncture in time. An open coalition, then, will affirm identities that are alternately instituted and relinquished according to the purposes at hand; it will be an open assemblage that permits of multiple convergences and divergences without obedience to a normative telos of definitional closure.⁴⁷

Se, por um lado, a definição da autora enfatiza a idéia de identidades não fixas e não totalizadas, o conceito de coalizão sugere que identidades podem ser constituídas quando há um propósito comum. Esse conceito busca responder as críticas feitas à abordagens fluidas das identidades, que afirmam a necessidade do caráter identitário nas lutas políticas. Através do conceito de coalizão, Butler não nega que identidades possam ser afirmadas, inclusive para causas políticas, mas enfatiza que são identidades instituídas e abandonadas conforme os propósitos, as relações, as situações, as posições.

As considerações acima foram tecidas com o intuito de apontar gênero como abordagem fundamental para os estudos sobre homens e masculinidade. Essa afirmação visa enfatizar a crítica feita anteriormente a estudos sobre homens e masculinidade que desconsideram a perspectiva de gênero.

⁴⁶ Id., ib., pp.26-27.

⁴⁷ BUTLER, J. *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York, Routledge, 1990, p.16.

De clonagens e de paternidades...

Parece-me o caso, por exemplo, da obra de Badinter⁴⁸, onde a autora pretende demonstrar como a masculinidade precisa ser construída e conquistada, com o intuito de provar que ela não é tão natural quanto se pretende. Para a autora, a identidade masculina se adquire à custa de grandes sacrifícios, que incluem ritos de passagem, suportando dor e humilhação. Segundo ela, atualmente, a masculinidade define-se principalmente através da afirmação da heterossexualidade, da negação do que é propriamente feminino, da homofobia e da dominação sobre a mulheres.

Ao oferecer uma definição tão precisa e pragmática da masculinidade, parece-me que Badinter reduz a masculinidade aos homens e trabalha com a idéia de uma Masculinidade e de um Homem universais. A falta de pluralidade em seu trabalho pode ser vista primeiro pelo título da obra, seguida dos títulos dos capítulos.⁴⁹ Essa singularidade impede a consideração da existência de diferentes masculinidades, constituídas a partir de diferenças de classe, raça, nacionalidade, etc. E a conjunção homem-masculino reduz a um sujeito atribuições que podem ser encontradas em outros sujeitos e também fora deles.

A falta de uma perspectiva de gênero também pode ser encontrada em trabalhos que analisam a crise da masculinidade e que trazem propostas de um “novo homem”. O objetivo de tais trabalhos é denunciar os problemas sofridos pelos homens em consequência da expectativa social de que cumpram seu “papel tradicional”. Esse papel tradicional privilegiaria comportamentos ligados à agressividade, assertividade, potência, virilidade, ação, dominação, imposição, decisão, poder, autonomia, controle emocional, racionalidade, frieza, homofobia, coragem, força. Assim, o cumprimento desse papel traria consequências negativas para os homens, como a impossibilidade de demonstrar seus sentimentos; a cobrança contínua de ter que se mostrar sempre forte, capaz e corajoso; de ter que viver quase que exclusivamente em campos competitivos; de ser o responsável pelo sustento do lar; de perder o contato com filhos, amigos, etc.⁵⁰

A crítica que poderia ser feita a essa perspectiva é a mesma dirigida anteriormente ao trabalho de Badinter, a essencialização de uma masculinidade. A não percepção, por exemplo, de que situações distintas atribuem às mulheres comportamentos que foram citados como de homens. Ou ainda, que diferenças de classe ou raça podem dizer mais sobre atribuição de poder do que o sexo. Isso se quisermos nos ater apenas às atribuições de comportamentos de homens e mulheres.

Também Kaufman⁵¹ procura mostrar que deter o poder pode ser fonte de dor, isolamento e alienação para os homens. O autor analisa as experiências contraditórias de poder entre os homens, procurando considerar o conceito de gênero e enfatizando as distinções de classe, raça, idade, etc. A teorização do autor começa com a afirmação da distinção entre “sexo biológico e gênero socialmente construído”, e continua com a de que não existe uma só masculinidade, embora haja formas hegemônicas e subordinadas desta.

⁴⁸ BADINTER, E. *XY, la identidad masculina*. Bogotá, Grupo Editorial Norma, 1993.

⁴⁹ A identidade masculina; O enigma masculino; A construção de um macho; A diferenciação masculina; E o homem que engendra o homem; etc.

⁵⁰ NOLASCO, S. (org.) *Op.cit.*, 1995; FIGUEROA PEREA, J.G. e LIENDRO ZIGNONI, E. *Op.cit.*, 1995; MONTGOMERY, M. *Op.cit.*, 1994.

⁵¹ KAUFMAN, M. Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres. In: ARANGO, L.G.; LEÓN, M.; VIVEROS, M. (comps.) *Género e identidad. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino*. Bogotá, TM Editores, 1995.

Entretanto, o que se vê em seu texto, é que sua forma de desenvolver o argumento resulta em uma postura essencialista, a princípio por ele mesmo combatida. Em primeiro lugar porque, ao afirmar a distinção “sexo biológico e gênero socialmente construído”, o autor não aborda como o sexo é construído. Em segundo, porque as distinções de classe, raça, idade, etc., que o autor escreve que precisam ser consideradas, não o impedem de narrar uma “construção da masculinidade hegemônica” que acaba por ter um caráter fixo dentro da “sociedade patriarcal”:

Poder, en efecto, es el término clave a la hora de referirse a masculinidad hegemónica. (...) el rasgo común de las formas dominantes de masculinidad contemporánea es que se equipara el hecho de ser hombre con tener algún tipo de poder. La equiparación de la masculinidad con el poder es un concepto que ha evolucionado a través de los siglos, y ha conformado y ha justificado a su vez la dominación de los hombres sobre las mujeres en la vida real y su mayor valoración sobre éstas. Los hombres como individuos interiorizan estas concepciones en el proceso de desarrollo de sus personalidades ya que, nacidos en este contexto, aprendemos a experimentar nuestro poder como la capacidad de ejercer el control.⁵²

Almeida⁵³, baseado em Cornwall e Lindisfarne⁵⁴, alertou para os problemas que a abordagem construcionista traz: manter as categorias dicotômicas de homens e mulheres; partir do princípio de que existem indivíduos unitários que vão se conformar a um gênero através da socialização; não abordar como o sexo é construído; localizar o gênero na pessoa unitária, reproduzindo assim idéias ocidentais sobre o indivíduo e a lógica mercantil; encarar as relações entre homens e mulheres como entidades polarizadas e fixas; impedir uma visão da dinâmica polifacetada das masculinidades e feminilidades e o uso destes termos como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação mesmo a níveis que não são os de sexo e gênero.

Baseada nessa crítica, eu diria que as citações do texto de Kaufman parecem ilustrar uma perspectiva que considera que existem indivíduos unitários que vão se conformar a um gênero através da socialização, uma vez que é o contexto que os homens nascem – sua socialização – que os levam a exercer o poder e o controle. Diria também que a associação homem-masculinidade impede que o autor tenha uma

visão da dinâmica polifacetada das masculinidades e feminilidades e o uso destes termos como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação mesmo a níveis que não são os de sexo e gênero.

Considero que a ausência de uma “visão polifacetada” pode ser encontrada em trabalhos que foram denominados de *Men's Studies*, que propõem uma união dos homens contra o sexismo. No livro editado por Brod e Kaufman⁵⁵, que trata da teorização de masculinidades, o prefácio escrito por

⁵² KAUFMAN, M. Op.cit., 1995, pp.127-128.

⁵³ ALMEIDA, M.V. de. Op.cit., 1996.

⁵⁴ CORNWALL, A. e LINDISFARNE, N. (eds.) *Dislocating Masculinity*. London, Routledge, 1994.

⁵⁵ BROD, H. & KAUFMAN, M. (eds.) *Theorizing Masculinities*. Thousand Oaks, Sage Publications, 1994.

De clonagens e de paternidades...

Kimmel enfatiza a disjunção entre o “agregado poder social dos homens e suas experiências individuais de falta de poder” como ponto de partida e modelo de construção para teorização sobre homens. Parece-me que o problema em relação a esse tipo de estudo é que parte de uma perspectiva parcial, mas buscam uma explicação totalizadora para a masculinidade.

Connell, ao escrever sobre masculinidades, tem uma postura distinta. Em sua análise, parte de uma definição que considera gênero como uma forma de estruturação das práticas sociais que constantemente se refere ao corpo e ao que o corpo faz, mas não reduzida ao corpo. Para o autor, no processo de gênero, a conduta de vida cotidiana está organizada em relação à arena reprodutiva, definida pela estrutura corpórea e processos de reprodução humana. Entretanto, a arena reprodutiva se refere a um processo histórico envolvendo o corpo, e não a determinantes biológicos fixos. Nesse contexto, o autor define masculinidade como:

(...) simultaneously a place in gender relations, the practices through which men and women engage that place in gender, and the effects of these practices in bodily experience, personality and culture.⁵⁶

Essa perspectiva permite ao autor escrever que instituições como o Estado, o ambiente de trabalho e a escola são locais de configuração de gênero, pois suas práticas estão estruturadas em relação à arena reprodutiva.⁵⁷ Para Connell, a masculinidade faz parte de um processo e não é uma categoria estática e universal que possa ser definida em definitivo. As masculinidades são configurações das práticas das relações de gênero, da mesma forma como estão passadas pelas relações de raça e de classe social.

Connell propõe quatro padrões principais de masculinidade que ele acredita estarem vigentes na ordem de gênero do Ocidente: a hegemônica, a subordinada, a cúmplice e a marginalizada. A masculinidade hegemônica seria aquela ligada à legitimidade do patriarcado, que garante a dominação dos homens e a subordinação das mulheres. A masculinidade subordinada diz respeito à dominância e subordinação entre grupos de homens, como é o caso da dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. A masculinidade cúmplice se define pela conexão com o projeto de masculinidade hegemônica, mas sem a completa incorporação desse projeto. São masculinidades cúmplices porque percebem e desfrutam de algumas vantagens do patriarcado sem, no entanto, defenderem publicamente essa posição. Enfim, a masculinidade marginalizada se refere a relações entre as masculinidades e classes ou grupos étnicos dominantes e subordinados. É uma masculinidade que está marginalizada devido à condição subordinada de classe ou raça.

Almeida⁵⁸ é outro autor que traz uma perspectiva distinta para o estudo da masculinidade, situando-o na área dos estudos de gênero. Seu trabalho está baseado em uma pesquisa de campo realizada em uma aldeia do sul de

⁵⁶ CONNELL, R.W. Op.cit., 1995, p.71.

⁵⁷ Segundo Connell, dizer que o estado é uma instituição masculina não significa dizer somente que a maioria dos altos cargos estatais está ocupada por homens; mas enfatizar que há uma configuração de gênero de recrutamento e promoção, de divisão interna de trabalho e sistemas de controle, etc.

⁵⁸ ALMEIDA, M.V. de. *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século, 1995.

Portugal (Pardais) e busca elaborar uma interpretação antropológica da masculinidade.

Baseado nos conceitos tecidos por Strathern em *The Gender of the Gift*, Almeida elabora considerações que desfazem a associação homem-masculino. Segundo o autor, masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis respectivamente a homens e mulheres, mas são metáforas de poder e de capacidade de ação e, como tal, acessíveis a homens e mulheres. Portanto, é preciso ressaltar que a relação comumente estabelecida entre masculinidade, homens e poder tem um caráter móvel e contingente. Essa disjunção, entretanto, não significa que não exista uma “masculinidade dos homens”; significa que essa expressão não é óbvia.

Nesse aspecto, o autor considera a masculinidade hegemônica como um modelo cultural ideal que, não sendo atingida por nenhum homem, exerce poder controlador sobre homens e mulheres. A masculinidade hegemônica implica em um discurso que atribui aos homens privilégio potencial de dominação e ascendência social. O patriarcado seria uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas. Para Almeida, a masculinidade não pode ser vista como a mera formulação cultural de um dado natural, uma vez que ela é marcada por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e hierarquias (de mais a menos “masculino”).

O exame que o autor faz das situações de interação criadoras e apresentadoras de noções de masculinidade, que encontrou em seu trabalho de campo, aponta para uma perspectiva analítica relacional e não identitária, que enfatiza a pluralidade de homens, considerando suas diferenças de classe social, idade, orientação sexual, etc. Essa perspectiva permite que o autor perceba que, dependendo da situação e da relação estabelecida, os homens podem acionar diferentes atribuições de masculinidade. E que, também na dependência da situação e da relação estabelecida, os homens podem acionar atribuições para suas ações, que não se referem ao gênero diretamente. Além disso, a perspectiva relacional permitiu que o autor estudasse a masculinidade dos homens, convivendo principalmente com homens, justamente por considerar que o sexo excluído está sempre presente.

Sua análise se apoia nas noções de *dividual*, *impingement* e *replication* de Strathern. *Dividual* aborda os seres humanos como tendo fronteiras permeáveis, experimentando um movimento constante entre diferentes aspectos da vida social. *Impingement* são os efeitos das pessoas uma sobre as outras, não associado automaticamente nem com homens nem com mulheres, podendo descrever qualquer transação social. *Replication* refere-se ao caráter coletivo das relações entre pessoas do mesmo sexo, onde o sexo excluído está sempre presente.

Com base nesses conceitos, escreve Almeida:

Dividuation, impingement, replication: os homens em Pardais são *dividuals* que nem sempre agem a partir da justificativa de “serem homens”, mas com justificativas como as de “trabalhador”, “pobre”, “marido” ou “amigo”. Mas nas interações e disputas pelo poder, a ideologia da masculinidade hegemônica é um fortíssimo instrumento de *impingement*. Daí as contaminações semânticas entre ideologia da masculinidade e da desigualdade social ou de poder. E é no processo de *replication*, como acontece nas situações de homosocialidade, que se dá a construção da categoria masculina, mesmo que – ou, se calhar,

De clonagens e de paternidades...

porque – “os homens não são todos iguais”, mesmo quando o modelo hegemônico diz que “um homem é um homem”.⁵⁹

6. Conclusão

Este artigo procurou demonstrar que, mediando as concepções sobre paternidade estão as noções sobre gênero, e que compreender concepções sobre paternidade é uma via para o entendimento das noções sobre masculinidade.

Procurei mostrar como gênero perpassa o campo reprodutivo. A atribuição feminina dada ao campo reprodutivo (encontrada no seminário), refere-se ao mesmo tempo a uma possibilidade de mudança dessa atribuição (em casos de luta por mudanças nas relações assimétricas entre homens e mulheres); e conservação dessa atribuição (em casos de luta pelos poderes das mulheres). Portanto, retomando a noção de Strathern, parece-me que na luta pelo poder no campo reprodutivo, a ideologia do dimorfismo sexual é muitas vezes instrumento de *impingement*.

A polêmica gerada em torno da possibilidade da clonagem humana, suscitada pelo caso de Dolly, aponta para a representação de que o intercuro sexual instaura uma relação que é passível de atribuição de gênero. E que a dispensa da relação sexual para a reprodução sinaliza possibilidades de mudança nas atribuições de gênero, desestabilizando a noção dessas atribuições como naturais.

⁵⁹ ALMEIDA, M.V. de. Op.cit., 1996, p.187.